

A Construção da Identidade Latino-Americana: uma análise da contribuição dos intelectuais ibero-americanos (1889-1932)

Leandro Gavião

Pertenencia Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

Resumo:

Por meio da imersão histórica, o presente artigo visa analisar a contribuição dos intelectuais ibero-americanos para o processo de resgate do paradigma identitário latino-americano. Para tanto, lançaremos mão de seis autores centrais, a saber: José Martí; Eduardo Prado; José Rodó; Manoel Bomfim; José Carlos Mariátegui; e Victor Raúl Haya de la Torre.

Abordar-se-á o contexto político interamericano da virada do século XIX, que condicionou a exumação do conceito de América Latina. Esta expressão geográfica, de origem exógena, servira originalmente á ambiciosa política pan-latinista de Napoleão III; malgrado projeto que previa a congregação dos povos latinos sob a égide francesa.

Após o ostracismo vivenciado por tal conceito, a América Latina fora resgatada e reinterpretada pela *intelligentsia* ibero-americana, de modo a minar o pan-americanismo monroísta. É a partir dessa iniciativa dos pensadores autóctones que a identidade latino-americana ganha relevância, fato que resultaria na sua consolidação após o advento da CEPAL.

Palavras chaves:

identidade latino americana – história da América Latina – política externa.

Introdução

A identidade latino-americana representa, tanto para o Brasil como para a Argentina, um fenômeno histórico de significativa relevância, com repercussões até o presente. A construção deste sentimento identitário é um processo que se articulou na longa duração, tendo se iniciado há mais de cento e cinquenta anos, quando o conceito de América Latina emergiu dos estudos elaborados pelo diplomata francês Michel Chevalier, na década de 1830.

A origem exógena desta expressão regional deu-se no contexto das viagens de Chevalier pelas Américas, momento em que a França ambicionava elevar o fluxo comercial com os Estados recém-independentes da região. Na perspectiva de Chevalier, o continente estava bifurcado em dois blocos societários distintos: o latino-católico e o anglo-saxão-protestante. Tal reflexão correspondia, em grande medida, à própria visão que o diplomata tinha da Europa daquele período, igualmente fracionada em dois paradigmas étnico-culturais. Cerca de duas décadas depois, Napoleão III concebe a política pan-latina para o Novo Mundo. Tendo por base o conceito de América Latina, o imperador visava instrumentalizá-lo para projetar poder e congregar os povos latinos sob a égide da principal potência de origem românica (ROMANO, 2007, p. 120-121).

O malogro das ambições francesas, simbolizado na queda da monarquia no México (1867) e na condenação à morte de Maximiliano de Habsburgo, conduziu o conceito de América Latina ao ostracismo. Seu resgate somente seria efetuado na virada do século, momento em que os Estados Unidos tornaram a manchar os preceitos supostamente solidários do pan-americanismo monroísta com uma série de práticas de cunho imperialista. Neste contexto de alteridade

crescente com o grande irmão do Norte, erguem-se os intelectuais ibero-americanos, ressuscitando o paradigma identitário latino, dessa vez a partir de uma interpretação autóctone.

O presente artigo tem por objetivo analisar a contribuição desses pensadores para a sistematização da identidade latino-americana, que viria a ser consolidada após a Segunda Guerra Mundial, com o advento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A conjuntura regional e a emergência da primeira geração de intelectuais latino-americanistas

As transformações estruturais de cunho institucional, territorial e econômico, sofridas pelos Estados Unidos após a Guerra de Secessão, suscitaram reflexos na política externa do país e provocaram uma necessária revisão de suas diretrizes diplomáticas, cada vez mais permeadas de práticas de caráter imperialista. Evidente que a Doutrina Monroe, até então elemento icônico da “solidariedade” pan-americana, não poderia permanecer incólume a essa tendência, sendo devidamente reinterpretada pelos homens de Estado com o propósito de facilitar seus objetivos de política exterior. As palavras do Secretário de Estado William Evarts (1877-1881), nos auxiliam a corroborar tal afirmação.

A doutrina de Monroe é por certo uma boa coisa, mas, como todas as cousas boas antiquadas, **precisa ser reformada**. Essa doutrina resume-se nesta frase: A América para os americanos. Ora, eu proporia com prazer um aditamento: para os americanos, sim senhor, mas, entendamo-nos, para os americanos do Norte (EVARTS apud PRADO, 1980, p. 58 – Ênfase nossa).

Nesta conjuntura, disseminou-se entre a intelectualidade ibero-americana um posicionamento crítico da identidade continental pautada no monroísmo,

até então pouco contestada¹. De fato, se compararmos os Estados Unidos da década de 1890 com o país governado por James Monroe, notamos diferenças que tocam em diversas esferas do arcabouço socioeconômico daquela sociedade. Essas mudanças, por conseguinte, impeliram seus líderes a reverem os preceitos de sua orientação diplomática para a vizinhança do Sul. A inflexão na política externa norte-americana possibilitou a propagação de denúncias originadas da intelectualidade ibero-americana que, independente das diferenças de convicções e crenças, convergiam no que tange ao desejo de descortinar o véu da falsa solidariedade presente nas relações interamericanas.

O papel mais destacado nessa cruzada contra o pan-americanismo coube ao poeta e herói nacional cubano José Martí, morto em 1895 durante sua participação na Guerra de Independência de Cuba (1895-1898).

Parte da produção literária de Martí abarca temas envolvendo as relações interamericanas, marcadas, à época, pela assimetria entre a América Anglo-Saxônica e a América Hispânica. Percebe-se o desapontamento do poeta face ao período imediatamente anterior à independência de Cuba, quando se multiplicavam, ante a opinião pública norte-americana, uma gama de posições favoráveis à anexação ou à tutela da ilha por Washington.

¹ Exemplos de hostilização do sentimento americanista podem ser encontrados com facilidade nas obras deste período. Tais relatos são evidências que comprovam a existência anterior deste sentimento identitário pan-americano. Entre os inúmeros exemplos disponíveis está a denúncia de Eduardo Prado, segundo o qual “os pretendidos laços que se diz existirem entre o Brasil e a república americana são fictícios, pois não temos com aquele país afinidades de natureza alguma real e duradoura” (PRADO, 1980, p. 179).

Martí tentou combater o preconceituoso *mind set* norte-americano², que buscava legitimar o controle da ilha partindo de categorizações pejorativas de seu povo. Na Filadélfia, o jornal *The Manufacturer* descrevia os cubanos como “efeminados”, como um povo dotado de “aversão a todo esforço”, “preguiçosos” e desprovidos de “iniciativa”; categorizações, estas, que muitas vezes também competiam ao restante da América Espanhola (MARTÍ, 2006, p. 148-149). A resposta de Martí às humilhações noticiadas pelo *The Manufacturer* pode ser encontrada na elegante carta “Vindicação de Cuba” (1889), publicada pelo jornal nova-iorquino *The Evening Post*.

Embora possua grande admiração pela história dos Estados Unidos, “a nação que teve a liberdade por berço”, Martí argumenta que a grande república “se enlouqueceu com o poder”. No poético texto “Mãe América”, onde é descrita a formação dos países do continente, Martí realça as singularidades estruturais do passado colonial da América do Norte e da América Espanhola. Ao contrário desta última, são os valores do trabalho, da liberdade individual e da tolerância religiosa, que alicerçam a vida sociocultural estadunidense (MARTÍ, 2006, p. 186-190).

Martí também contestava as elites hispano-americanas que buscavam ocupar as instâncias governamentais adotando conceitos e visões de mundo oriundos da Europa e dos Estados Unidos, desconhecendo as particularidades da natureza e da cultura de sua própria terra.

Os jovens saem pelo mundo adivinhando as coisas com óculos ianques ou franceses, e pretendem dirigir um povo que não

² Para maiores informações sobre o arcabouço mental norte-americano durante o século XIX, ver SCHOULTZ (2000).

conhecem. (...) Nem o livro europeu, nem o livro ianque davam a chave do enigma hispano-americano (MARTÍ, 2006, p. 196).

Apesar de José Martí beber da fonte bolivarista – de gênero hispano-americano – e, por esta razão, ainda não se referir com regularidade a uma identidade latino-americana, suas reflexões manifestam um sentimento de alteridade crescente em relação a Washington, que pode ser verificado em inúmeras passagens de seus artigos, como a subsequente: “o desprezo do formidável vizinho, que nos desconhece, é o maior perigo de nossa América” (MARTÍ, 2006, p. 200). Se atentarmos para a forma como o autor utiliza o pronome possessivo ao se referir à “nossa América”, nota-se que esta última faz referência à área hispânica do continente, em oposição à sua homóloga anglo-saxã.

A desconfiança para com os Estados Unidos seria ainda mais evidenciada em dois artigos posteriores, um deles intitulado “A Conferência Monetária das Repúblicas da América”, publicado em maio de 1891, no periódico *La Revista Ilustrada*; e outro para o jornal *Patria*, denominado “A Verdade sobre os Estados Unidos”, datado de março de 1894. No primeiro, Martí atenta para os interesses unilaterais por trás da proposta estadunidense de estabelecer uma moeda comum para os Estados da América, medida que o autor apresenta como um projeto hegemônico e meio de exercer a autoridade sobre os demais povos americanos, mantendo-se a crença da “superioridade incontestável da raça anglo-saxônica sobre a raça latina” (MARTÍ, 2006, p. 204). No segundo, o poeta reafirma a tese da necessidade de se construir um pensamento político e social genuinamente hispano-americano, posicionando-se contra a ingenuidade dos aristocratas autóctones em tentar reproduzir acriticamente o modelo societário norte-americano:

A ianquemanía é inocente fruto de um conhecimento superficial, como quem julga o interior de uma casa, e as pessoas que nela rezam ou falecem, pelo sorriso e o luxo da sala de visitas ou pelo champanhe e o cravo da mesa de jantar (MARTÍ, 2006, p. 247).

Na véspera de sua morte, Martí escrevera uma carta endereçada ao político mexicano Manuel Mercado. Neste documento são explícitas as referências aos Estados Unidos como uma nação imperialista, cuja atividade anexionista em curso traduzia-se na sede por territórios situados na “nossa América”, sobretudo na instável região antilhana. As informações sobre as pretensões de Washington vinham de um correspondente do *Herald*, chamado Eugenio Bryson. Sobre o vizinho do Norte, Martí comenta laconicamente: “vivi no monstro e lhe conheço as entranhas” (MARTÍ, 2006, p. 252).

No Brasil, Eduardo Prado foi o principal expoente avesso ao pan-americanismo. Monarquista convicto e, sobretudo, antiamericanista, seu livro foi o primeiro a ser apreendido pela polícia da República da Espada, em 1893, exatamente uma hora depois de ter sido colocado à venda. Temendo represálias, Prado exilou-se em Londres, de onde publicou a segunda edição de “A Ilusão Americana” (MACHADO, 1980, p. 189-190).

Nesta obra, Eduardo Prado realiza um levantamento histórico dos abusos de poder e dos frequentes casos de violação de soberania exercidos pelos Estados Unidos no restante do continente. Seu livro é um grito de alerta que atenta para a ameaça que os norte-americanos representavam para as repúblicas americanas independentes, ressaltando que “não há nação latino-americana que não tenha sofrido das suas relações com os Estados Unidos” (PRADO, 1980, p. 100). Prado elenca inúmeras práticas sórdidas da parte de Washington, abordando as incorporações territoriais, o

descumprimento de tratados internacionais, o apoio tácito às incursões de flibusteiros, o preconceito em relação aos latinos e o caráter unilateral da Doutrina Monroe que, segundo autor, permitiu a sua constante flexibilização para atender aos interesses da potência do Norte em detrimento da América Latina.

Em suas conclusões, Eduardo Prado elenca um quadro de insatisfação latente que provavelmente se revelaria anacrônico em décadas pretéritas. O autor transmite uma faceta vil da política externa dos Estados Unidos, enfatizando a “amizade unilateral” expressada solitariamente pelo Brasil. Paralelamente, apregoa a inexistência de qualquer virtude ou elemento inspirador no corpo societário norte-americano, seja na esfera institucional ou moral. Essa última é, ainda, definida pelo seu caráter pernicioso, ao passo que a primeira não deveria ser jamais alvo de inspiração para os demais Estados da América.

O linguajar muitas vezes ofensivo de Prado pode ser em parte interpretado como um reflexo de suas convicções pessoais, mas é acima de tudo um manifesto contra os danos sociais e culturais provocados pelo monroísmo de fins do século, tema até então pouco explorado pela intelectualidade brasileira. Em sua interpretação, a civilização norte-americana, ao situar o aperfeiçoamento material acima da elevação moral, deixava-se deslumbrar pela natureza inferior presente na concepção materialista da vida humana. A tradição latina seria incompatível com o espírito americano, motivo pelo qual deveríamos suprimir a identidade pan-americana vigente. O desígnio do pensamento político de Eduardo Prado pode ser resumido na seguinte sentença: “dissipar as veleidades de afeto e os ingênuos sentimentalismos que nos querem impor a respeito dos Estados Unidos” (PRADO, 1980, p. 180). Ao reconhecer o

valor das raízes latinas e pautar seu apelo antiamericano em análises baseadas na política externa estadunidense para os países ibero-americanos, Prado acabou por contribuir para o resgate da identidade latino-americana.

José Enrique Rodó, em seu ensaio “Ariel” (1900), declarou-se admirador da sociedade norte-americana, embora enfatizasse que isso não deveria acarretar na reprodução acrítica do modelo civilizatório apresentado por Washington. Seu apelo à juventude da América Latina, “a espécie profética fundamental”, é uma convocação que reflete a urgência do estabelecimento de um contraponto frente à influência natural exercida pelos Estados Unidos no continente. “Natural” porque o autor reconhece aquele país como a grande potência econômica e política da região, grandeza que por consequência inspira as demais nações, convertendo-as em fiéis admiradoras (RODÓ, 1991, p. 69-77).

Os argumentos de Rodó rogavam, sobretudo, pelo reconhecimento da necessidade de resgatar o legado latino da América, mediante as ameaças representadas em determinados aspectos da cultura anglo-saxônica, dentre os quais a exacerbação da razão utilitária, apresentada como elemento abominável. As censuras de Rodó também abarcavam as contradições sociais norte-americanas, evidenciadas nos princípios de liberdade pregados pela sua Constituição liberal que, todavia, não apresentava um correspondente prático nas questões racial, religiosa e política.

A metáfora baseada em “A Tempestade”, de William Shakespeare, permeia praticamente todo o texto, colocando de um lado Ariel, o espírito elevado da cultura e da razão, em contraposição a Caliban, sua antítese e personificação do apego selvagem ao materialismo utilitarista. O binômio latino/anglo-saxão se manifesta numa alusão aos dois arquétipos

apresentados por Rodó, dos quais a preferência do pensador uruguaio é nitidamente pelo resgate da cultura latina, em vias de corrupção por conta das tentativas de consolidação de uma identidade comum traçada com os Estados Unidos, sociedade que simboliza a predominância da matéria em detrimento do espírito.

Em “A América Latina: males de origem”, escrita no ano de 1905, Manoel Bomfim observava com atento a ameaça que os Estados Unidos e a Doutrina Monroe representavam para a soberania nacional dos países ao Sul do Rio Grande. A proclamação unilateral estadunidense permitia que somente os norte-americanos interpretassem a doutrina, para aplicá-la erraticamente e de acordo com seus interesses em diferentes contextos específicos. Dessa forma, os olhares europeus tendiam a considerar o restante da América como um grande protetorado estadunidense (BOMFIM, 2005, p. 48-50).

Esta proteção oferecida pelos Estados Unidos acabaria, na visão do autor, por resultar na absorção dos países da América do Sul, que da condição de protegidos transitariam naturalmente para uma situação de perda da condição de povos livres. De acordo com Manoel Bomfim

Por ora, preserva-nos a teoria de Monroe por detrás do poder e riqueza dos Estados Unidos; e é este um dos graves inconvenientes da atitude malévola e agressiva da Europa. A perspectiva de um ataque nem por isto desaparece; nada nos garante que a grande República queira manter, para sempre, esse papel de salvaguarda e defesa das nações sul-americanas. É preciso notar que sobre a opinião pública norte-americana se refletem os efeitos dos juízos e conceitos com que a Europa nos condena, e que os políticos americanos nos consideram também *ingovernáveis*, *imprestáveis* quase. Nessas condições, a doutrina de Monroe se lhes afigura, no que se reporta à América do Sul, como uma preocupação platônica, sentimental; eles a mantêm, mais por orgulho nacional, talvez, que por qualquer outro motivo (BOMFIM, 2005, p. 48).

Com Washington na condição de guardião do continente, ficava implícito o papel estratégico da região ibero-americana, onde o logro dos interesses por hegemonia hemisférica seria facilitado partindo da criação de um laço de identificação continental. O elemento ideológico primário desta última estava pautado na doutrina proclamada por James Monroe, em 1823, ainda que seu caráter tivesse conhecido alterações fundamentais ao longo das décadas (MENDES, 2005, p. 185).

A segunda geração de intelectuais: contribuições da esquerda peruana

A segunda geração de intelectuais responsáveis por reforçar a identidade comum latino-americana ficou caracterizada pela contribuição de dois autores marxistas peruanos.

Com uma análise alicerçada em preceitos materialistas, José Carlos Mariátegui, fundador do Partido Comunista Peruano, responsabilizava os Estados Unidos e a Inglaterra – ambos considerados países imperialistas – pelos danos sociais e econômicos provocados ao Peru e, por consequência, à América Latina (MARIÁTEGUI, 2008, p. 55).

No entanto, Mariátegui considerava que, dentro da América do Sul, Brasil e Argentina foram países que em certa medida se beneficiaram do comércio com o Ocidente capitalista, enquanto seus congêneres sofriam com a perenidade de instituições pré-capitalistas, como o feudalismo traduzido no *gamonalismo*. Existia no Peru uma espécie de liberalismo deformado que, devido à inexistência de uma burguesia nativa poderosa, acarretou na paralisia do projeto liberal-democrático. Nessa condição, o apelo de Mariátegui é na direção de conduzir todo nacionalista e revolucionário ao caminho

socialista, considerado a única solução real, estrutural e genuína³. O regime econômico vigente havia tornado o Peru vítima do capitalismo imperialista anglo-saxão, e é contra ele que Mariátegui levanta sua bandeira de luta (MARIÁTEGUI, 2008, p. 90).

Compatriota de José Carlos Mariátegui, Victor Raul Haya de la Torre, fundador do partido Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), também se pautava numa perspectiva dicotômica das Américas. Escrevendo no início da década de 1930 e partindo de um revisionismo de esquerda, seus ensaios denunciavam as práticas imperialistas oriundas do Norte. Segundo Haya de la Torre,

há duas Américas: uma é forte, poderosa e expansiva, devido à sua unidade política e econômica. A outra é débil, atrasada e de ação circunscrita, por causa de sua divisão. A consequência deste notório contraste é o desequilíbrio perigoso de nossas duas regiões continentais do Novo Mundo e a inclinação da mais forte sobre a mais fraca. Isso é o que os apuristas definem como imperialismo (TORRE, 1986, p. 33).

O dilema da espoliação imperialista seria resolvido por intermédio de uma coalizão anti-hegemônica proveniente de um pacto com os povos da América Latina, capaz de contrabalançar o poderio norte-americano. A união política e econômica latino-americana sustentar-se-ia no seguinte tripé: solução de contenciosos residuais referentes às fronteiras dos países andinos; integração dos povos e da *intelligentsia* das nações incorporadas na união; e celebração de

tratados de comércio e realização de congressos com o objetivo de unificar os princípios básicos de legislação econômica e civil (TORRE, 1986, p. 9).

Haya de la Torre foi um entusiasta da integração latino-americana, julgando-a como etapa fundamental para a superação da condição de subordinação à qual a região estava submetida. Ensejando a “unidade econômica e política” (TORRE, 1986, p.46), o pensamento de Simón Bolívar era apresentado como a inspiração primordial. Diante de 40 mil pessoas, a simbólica frase do Libertador fora proclamada por Torre: “união, união América adorada, caso contrário a anarquia devorar-te-á” (BOLÍVAR apud TORRE, 1986, p.46).

Haya de la Torre antecipa parcialmente algumas teses do pensamento cepalino, ao reconhecer a existência de uma semelhança estrutural nas economias latino-americanas que as inibe de ter “vida própria”. O APRA, ao vislumbrar um projeto de reestruturação social e econômica visando a solução de tal problema no Peru, conteria a receita para os demais Estados latino-americanos. Resulta daí sua vocação internacionalista e seu programa máximo orientado para uma meta integracionista *stricto sensu*, mantendo-se uma concepção continental imprimida numa dicotomia segregacionista (TORRE, 1986, p. 87).

As considerações supramencionadas, realizadas pela intelectualidade ibero-americana tanto da primeira quanto da segunda geração, revelam as vicissitudes experimentadas pela identidade pan-americana monroísta, que progressivamente se convertera em um escuso instrumento para estabelecer a hegemonia regional norte-americana. Dessa forma, surge a necessidade de criar uma alternativa identitária para a região, fato que ocorre mediante o resgate e adaptação

³ Genuína porque Mariátegui acreditava que o retorno ao comunismo seria um resgate do modo de produção que vigorava na sociedade incaica. A única diferença em relação à variante marxista está na vinculação homem-natureza. O comunismo inca tem por base um sistema agrário, enquanto o marxista se organiza sobre um sistema industrial. Na visão do autor, no primeiro caso o homem se submete à natureza, ao passo que no segundo a natureza é submetida pelo homem (MARIÁTEGUI, 2008, 71-72).

da ideia de América Latina, criada pelos franceses nas décadas pretéritas.

Brasil: entre o monroísmo e o latino-americanismo

No caso brasileiro, cuja república fora proclamada tardiamente, notamos um esforço por aproximação com os Estados Unidos que resultou no que Monica Hirst denominou de *aliança informal*. Essa última, apesar de prescindir de assistência militar recíproca, preconizava sentimentos de amizade alicerçados na troca de apoio diplomático e enérgico intercâmbio comercial (HIRST, 2009, p. 20). Segundo Letícia Pinheiro, o período pós-proclamação da república projetou o cenário para a primeira grande inflexão no Ministério das Relações Exteriores, que ocorreria em 1902 com a chancelaria do Barão do Rio Branco. A partir de então, consolidou-se o paradigma americanista em nossa política externa, tornando claro o interesse do Brasil em abraçar a opção norte-americana em busca de uma agenda cooperativa voltada para “ganhos recíprocos, ainda que assimétricos” (PINHEIRO, 2004, p. 15).

Durante o reinado de D. Pedro II, houve ensaios intermitentes de reorientação da diplomacia brasileira, objetivando realçar o enfoque nas Américas em detrimento da Europa. Neste sentido, é icônica a “grande política americanista” do Visconde do Uruguai (CERVO; BUENO, 2002, p. 92). No entanto, verificamos que essas políticas não buscavam construir uma identidade comum, mas solucionar problemas fronteiriços e gerar incrementos comerciais. Constata-se, ainda, a persistência das disputas e das desconfianças com Estados do entorno geográfico, sobretudo na região platina.

A despeito de tais desavenças, a queda do regime imperial permitiu um estreitamento de laços com os

demais países do continente. Por mais que se perpetuassem as peculiaridades estruturais das *raízes do Brasil*, conforme definida em formidável obra de Sérgio Buarque de Holanda, as relações com nossa vizinhança – inteiramente republicana – conheceram um aperfeiçoamento em grande medida relativo às alterações de cunho institucional. A experiência brasileira presente neste processo de americanização – e republicanização – se favorecia em certa medida do pan-americanismo e era mais evidente nas elites políticas e homens de Estado (PINHEIRO, 2004, p. 16).

Praticamente de maneira sincrônica à mudança de sistema político no Brasil, se generalizava pela América Latina os primeiros sinais claros de desencanto com a identidade regional pan-americana. As reflexões provenientes de intelectuais brasileiros se manifestaram lateralmente e, em geral, de maneira precavida. A falta de cautela presente na obra de Eduardo Prado nos leva a considerá-lo uma exceção entre os demais autores críticos do pan-americanismo durante a Primeira República.

O pan-americanismo, elemento identitário até então estável, começou a sofrer com o crescimento de sua antítese, o anseio norte-americano por supremacia continental. Esses dois elementos se revelavam cada vez mais incompatíveis. A opção de Washington pela hegemonia hemisférica havia se tornado incontestável em fins do século XIX, após uma série de intervenções em seus vizinhos, conhecendo seu ápice durante o governo de Theodore Roosevelt (1901-09), quando o *Big Stick* exprimia a agressiva diplomacia estadunidense arrolada ao princípio das canhoneiras.

Nessa conjuntura, a desarmonia verificada entre a política externa dos Estados Unidos e os interesses das demais nações resultou tanto no despertar de frações

das elites políticas como na reflexão crítica dos intelectuais. Entretanto, era nestes últimos que pairava um sentimento de urgência no que tange à necessidade de traçar reconsiderações acerca do sensível tema da identidade coletiva, o que se evidenciava na própria proliferação do uso da palavra “América Latina”. Esse é, inclusive, um dado revelador da importância da readaptação da identidade latino-americana durante este período. Poucas décadas antes, a América Latina era uma ideia incerta e esquecida, frente ao viço do pan-americanismo. Contudo, cabe ressaltarmos que a adesão ao latino-americanismo não ocorre de maneira linear, possuindo fases de recuos e avanços devido ao caráter concorrencial próprio das identidades, como nos revela Thomas Risse (2000, p. 5).

Conclusões

Não obstante o fracasso do excêntrico projeto de Napoleão III, verificamos no ocaso do século XIX uma inclinação dos pensadores de países outrora demarcados pela diplomacia francesa como latino-americanos para acolher tal categorização. Isso ocorre devido a uma leitura contextual de um cenário interamericano cada vez menos auspicioso no que tange às garantias de manutenção da soberania e dos próprios interesses nacionais, ponderando o progredir de uma política externa norte-americana cada vez mais agressiva e negligente para com a cooperação interamericana. Em menos de um século, os Estados Unidos deixaram de ser encarado como país guardião do continente e modelo societário inspirador, para se converterem em nação imperialista a ser evitada. Não havia mais objetivo comum entre as nações americanas e tampouco essas se identificavam como pertencentes a um mesmo grupo.

Tal cenário permeado de adversidades conduziu novamente os países americanos a meditar sobre

questões identitárias. Foi precisamente nesse momento que a herança latina entrou novamente em pauta, mas com a diferença fundamental de ser agora um elemento gerado a partir da própria América Latina, conforme verificamos nos estudos e ensaios apresentados pela intelectualidade do período.

Dessa forma, a resignificação do conceito criado pela França de Luís Bonaparte fecundou, em fins do século XIX, um novo parâmetro para o binômio identidade/alteridade, gerando uma secessão no continente americano que, em linhas gerais, colocou de um lado a América Anglo-Saxônica – ao Norte do Rio Grande – e a América Latina ao sul⁴. A suposta perenidade do monroísmo foi colocada à prova e apresentava claros sinais de esterilidade, fazendo com que os latino-americanos não mais se percebessem inseridos em uma mesma comunidade, o que condicionou a procura de uma alternativa mais próxima da realidade daquelas repúblicas latinas.

Entretanto, mesmo após essas reconhecerem a validade da categorização latino-americana, podemos perceber, sob uma ótica diacrônica, as expressivas inflexões que esse conceito sofre a partir de estímulos oriundos dos diferentes contextos históricos, o que nos leva a concordar com a tese de Jorge Larraín Ibanez, segundo o qual os períodos de instabilidade – independente de sua origem endógena ou exógena –, são estimulantes sociais que impulsionam as comunidades em direção ao debate e reflexão sobre suas respectivas identidades coletivas. Em contraposição, em épocas de relativa estabilidade e

⁴ Todavia, é importante lembrarmos da existência de nações americanas ao Sul do Rio Grande cujas heranças étnico-culturais não estão inseridas no paradigma latino, como o Suriname, a Guiana, o Belize e alguns microestados caribenhos.

autossuficiência, as questões identitárias se inclinam para a imobilidade (IBANEZ, 1996, p. 130).

Da mesma forma, o crítico cultural Kobena Mercer argumenta que a identidade só se torna uma questão relevante quando se vivencia um momento de crise, ou seja, no período em que “algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela existência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p. 43). Tais teorias são válidas para o contexto histórico que apresentamos, a partir do qual a *intelligentsia* ibero-americana repensa as identidades coletivas e a reinserção de seus países em uma nova comunidade imaginada.

Parafraseando Anderson, podemos argumentar que a “fatalidade comum” dos Estados latino-americanos deslocava-se para além da matriz linguística latina, abarcando um sentimento de exclusão partilhado (ANDERSON, 2011, p. 97). A partir da alteridade em relação aos Estados Unidos, o nascimento desta identidade coletiva seria abalizado por três elementos principais: o legado linguístico-cultural latino, o passado colonial comum – marcado pela intolerância do fundamentalismo católico e pelo caráter predatório ibérico – e a percepção de uma antinomia de interesses em relação à potência do Norte.

Com avanços e recuos, a identidade latino-americana vai dando seus primeiros passos no alvorecer do século XX, concorrendo com o paradigma identitário de corte pan-americanista. Contudo, a sua consolidação somente ocorreria após o advento da CEPAL, que forneceu pressupostos analíticos fundamentados na reflexão sobre a formação econômica dos países latino-americanos, adicionando aos elementos intangíveis constituintes do paradigma identitário latino-americano – a raiz linguística e o passado colonial comum – um alicerce científico oriundo das ciências econômicas. Hodiernamente, a identidade latino-americana soa praticamente como um elemento natural. Todavia, do seu nascimento até a sua consolidação, vivenciamos quase duzentos anos de história.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.

HIRST, Monica. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

IBANEZ, Jorge Larraín. *Modernidad, razón e identidad em América Latina*. Santiago, Chile: Editorial Andrés Bello, 1996.

MACHADO, Luiz Toledo. Apresentação. In: PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. São Paulo, IBRASA, 1980. p. 9-13.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008.

MARTÍ, José. *Nossa América*. São Paulo, Editora Hucitec, 2006.

MENDES, Ricardo. *América Latina: interpretações da origem do imperialismo norte-americano*. Revista Projeto História, São Paulo, p. 167-188, dez. 2005.

MERCER, Kobena. *Welcome to the jungle*. In: Rutherford, J. (org.). *Identity*. Londres, Lawrence and Wishart, 1990.

PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2004.

PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. São Paulo, IBRASA, 1980.

RISSE, Thomas. *Regionalism and Collective Identities: The European Experience*. In: Workshop "El estado del debate contemporáneo en Relaciones Internacionales", 2000, Buenos Aires.

RODÓ, José. Ariel. São Paulo, Editora da Unicamp, 1991.

ROMANO, Ruggiero. *Os Mecanismos da Conquista Colonial*, 3ª edição. São Paulo, Editora Perspectiva, 2007. 126p.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, EDUSC, 2000.

TORRE, Haya de la. *Política Aprista*. Lima, 1986.